

* Artigo Original

Mídia e Saúde: os editoriais sobre saúde do periódico pernambucano *Jornal do Commercio*

Silvia Bezerra Santos

Fundação Oswaldo Cruz. Jornalista do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, unidade da Fundação Oswaldo Cruz em Pernambuco. Possui graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal de Pernambuco (1981). Especialização em Comunicação e Saúde pelo Instituto de Comunicação e Informação Científica da Fiocruz (2003) e mestrado em Saúde Pública pela Fiocruz Pernambuco (2007).

sbsantos@cpqam.fiocruz.br

DOI: 10.3395/reciis.v6i4.670pt

Resumo

Este trabalho integra as atividades do *Observatório Saúde na Mídia* (Laboratório de Pesquisa em Comunicação e Saúde/ICICT/ Fundação Oswaldo Cruz). Em Pernambuco (CPqAM/Fiocruz), o projeto monitora os jornais *Jornal do Commercio (JC)* e *Folha de Pernambuco*, jornais de linhas e políticas editoriais distintas. De agosto a dezembro de 2010 os dois jornais apresentaram 28 editoriais sobre saúde, sendo 7 do JC e 21 da Folha de Pernambuco. Neste artigo, nos deteremos na análise dos sete editoriais publicados no *Jornal do Commercio*, a partir do referencial teórico-metodológico da Semiologia dos Discursos Sociais, que integra a perspectiva da produção social dos sentidos e envolve noções de polifonia, contexto, concorrência discursiva, poder simbólico e lugar de interlocução. Tais concepções são fundamentais para análise e compreensão do editorial, permitindo observar as diversas vozes que emergem sobre os temas da saúde e do Sistema Único de Saúde. Pertencente à categoria de jornalismo opinativo, o editorial é um dos gêneros primordiais do jornalismo impresso, o de maior responsabilidade discursiva da empresa. Ele expressa a opinião da empresa jornalística diante dos fatos de maior repercussão e é um texto predominantemente argumentativo, voltado à persuasão do leitor sobre o ponto de vista defendido pelo jornal.

Palavras chave: Comunicação e Saúde; Saúde e Mídia; Observatório de mídia; Laces; CPqAM

Introdução

O projeto *Observatório Saúde na Mídia* integra as atividades de pesquisa do Laboratório de Comunicação e Saúde, do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica da Fundação Oswaldo Cruz (Laces/ICICT/Fiocruz). Com uma equipe multidisciplinar, o projeto teve início em 2008 e envolve, além do ICICT, outras unidades da Fiocruz. Em Pernambuco, a coordenação é do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, unidade da Fiocruz no Estado.

O *Observatório Saúde na Mídia* tem, entre outros, o objetivo de propiciar uma análise crítica sobre os modos pelos quais os meios de comunicação produzem sentidos sobre o Sistema

Único de Saúde (SUS) e temas específicos da saúde. Para tanto, realiza o monitoramento diário de alguns dos principais periódicos impressos de grande circulação em nosso país. No Rio de Janeiro, são monitorados os jornais *O Globo* e *O Dia*; em São Paulo, os jornais *Folha de São Paulo* e *Jornal da Tarde*; em Brasília, o jornal *Correio Braziliense* e, em Pernambuco, o *Jornal do Commercio* e a *Folha de Pernambuco*. Esse monitoramento consiste na leitura dos jornais, seleção das matérias publicadas que abordam o tema saúde e o Sistema Único de Saúde (SUS) e a inclusão das informações referentes a estas matérias em um banco de dados, que tem por base a plataforma eletrônica do DATASUS/FormSUS¹.

Nesse trabalho², analisamos apenas os editoriais sobre os temas de saúde publicados no periódico pernambucano *Jornal do Commercio* no período de agosto a dezembro de 2010, a partir do referencial teórico-metodológico da Semiologia dos Discursos Sociais.

Inicialmente, apresentaremos algumas características dessa abordagem, bem como do gênero editorial. As principais observações sobre os editoriais publicados feitas a partir dessas conceituações serão mostradas na sequência.

A Semiologia dos Discursos Sociais, que estuda os fenômenos sociais como fenômenos de produção de sentidos, concebe a comunicação como um grande espaço de negociação – um mercado simbólico, no qual bens simbólicos são produzidos, circulam e são apropriados. Nesse mercado, o que está sendo negociado, em última análise, é o poder simbólico, a prerrogativa de fazer ver e interpretar a realidade sob determinada ótica. A concorrência que se estabelece, então, é entre várias perspectivas possíveis sobre os fatos sociais e os agentes, perspectivas que resultarão em diferentes modos de agir sobre a realidade (ARAÚJO, 2000). É um conceito que integra uma perspectiva de produção de sentidos e envolve as noções de polifonia, contexto, concorrência discursiva, poder simbólico e lugar de interlocução.

Para observarmos os editoriais sobre os temas da saúde adotamos a concepção, ou seja, o método de Análise Social de Discursos (PINTO, 1999; ARAÚJO, 2000), que correlaciona os textos com suas condições de produção e circulação: condições sociais, econômicas, políticas, institucionais e situacionais. Nessa perspectiva, os conceitos de texto e contexto, ou seja, a contextualização como condição de produção de sentidos sociais, é fundamental. O discurso – conjunto de textos articulados numa prática, a prática discursiva – é situado e o sistema produtivo dos discursos é constitutivo dos efeitos que produz.

Ao sistema produtivo denominamos **contexto**, ou, em outros termos, o conjunto de variáveis que possibilitam a existência de uma enunciação, um texto, um discurso, mantendo com eles uma relação dialética de mútua constitutividade. (ARAÚJO, 2009, p. 45)

Os contextos são campos de luta simbólica e, como tal, espaços onde os agentes desenvolvem estratégias de manutenção ou transformação da ordem dominante, seja econômica, política, ou discursiva. Ainda de acordo com Araújo (2009), gerar um texto é gerar uma estratégia, o que corresponde uma intenção de produzir sentidos. E, para compreendê-los, é preciso compreender os mecanismos que revelem em que malha, em que rede de outros textos aquele texto se encontra e como se manifestam naquela materialidade discursiva.

¹ FormSUS é um serviço do DATASUS para a criação de formulários na WEB, de uso público, com Normas de Utilização definidas, compatíveis com a legislação e com a Política de Informação e Informática do SUS. Disponível em: <http://w3.datasus.gov.br/formsus/formsus.php>.

² Contamos com a colaboração dos bolsistas Enrile Ribeiro e Debora Santana

O conceito de texto põe de lado os de signo, código, mensagem, tão familiares aos modelos comunicacionais, e traz à cena a preocupação com as marcas do Outro, alteridade constitutiva do sentido a partir mesmo da estruturação textual num contexto discursivo. (ARAÚJO, 2000, p.134)

Por fim, é importante chamar atenção para a questão da polifonia discursiva, em que um discurso é composto por diversas vozes; algumas convocadas intencionalmente pelo sujeito da enunciação, o responsável pelo discurso, e em outras a convocação é feita sem ele próprio perceber.

Tais concepções são fundamentais para análise e compreensão do *editorial*, um dos gêneros primordiais do jornalismo impresso, pertencente à categoria de jornalismo opinativo. O editorial é um texto predominantemente argumentativo, voltado para a persuasão, para convencer o leitor sobre o ponto de vista defendido pela empresa jornalística. Para Beltrão (1980, p. 52), o editorial "é a voz do jornal, sua tribuna" e para Melo (1994, p.95), "editorial é o gênero jornalístico que expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento". É, portanto, o gênero de maior responsabilidade discursiva da empresa jornalística dentre os diversos da esfera midiática.

É importante observar a finalidade do discurso do editorial. Ainda de acordo com Beltrão (1980, p.52), ao manifestar sua opinião sobre os fatos, o grupo proprietário e administrador do jornal têm a intenção de "orientar o pensamento social para a ação na defesa do bem comum". Para o autor, o editorial tem a finalidade de aconselhar e dirigir a opinião dos leitores.

Melo (1994), porém, afirma que ao atribuir ao editorial o sentido de opinião da empresa jornalística, é indispensável caracterizar as relações de propriedade existentes. De acordo com o autor, o editorial reflete não exatamente a opinião dos seus proprietários nominais, mas o consenso das opiniões de todos aqueles que participam da propriedade da organização, como os acionistas majoritários, os financiadores e os anunciantes:

Assim sendo, o editorial afigura-se como um espaço de contradições. Seu discurso constitui uma teia de articulações políticas e por isso representa um exercício permanente de equilíbrio semântico. Sua vocação é a de aprender a conciliar os diferentes interesses que perpassam sua operação cotidiana. (MELO, 1994, p.96)

Ainda, de acordo com o autor, "embora se dirijam formalmente à opinião pública, na verdade, encerram uma relação de diálogo com o Estado" (MELO, 1994, p.97). Citando Viggiano, que diz que o editorial destina-se a uma determinada classe de leitores, os empresários e políticos, Melo (1994) entende que, por meio dos editoriais, as instituições jornalísticas procuram dizer aos dirigentes do aparelho burocrático do Estado como gostariam de orientar os assuntos públicos. A ideia de que o editorial é dirigida a uma determinada classe de leitores também é compartilhada por Carmo Chagas, ex-editor da Revista Veja, que afirma:

(...) são pouquíssimos os leitores de editoriais, mas aprendi que eles são escritos exatamente para esses pouquíssimos leitores. Os empresários mais sólidos, os políticos mais perspicazes, os economistas mais consistentes, os intelectuais mais atentos constituem a elite interessada nas opiniões que aparece todo dia na imprensa. (CHAGAS *et alli.*, 1992 *apud* SILVA, 2009, p. 91)

Sobre a estrutura dos editoriais, Beltrão (1980) afirma que ele tem estrutura rígida e simples, iniciando com o título, introdução, discussão e, por fim, a conclusão, que pode assumir diferentes modalidades: exortação, apelo, aviso, palavra de ordem, constatação pura e simples. “De qualquer modo, a conclusão, como adverte Mostaza, tem sempre de *tomar partido*, pois sua finalidade é aconselhar e dirigir a opinião dos leitores. Não se pode reservar: tem de decidir-se (...)” (BELTRÃO, 1980, p.59 – *grifos nossos*).

Para Melo, o editorial é singular, porque “estruturalmente, reproduz um modelo universal do discurso aristotélico; funcionalmente, orienta-se não como bússola da opinião pública e sim como conversação (ora matreira, ora ostensivamente ameaçadora), com os donos do poder” (MELO, 1994, p.183).

Assim sendo, a análise do gênero editorial nos permite observar essa “conversação” sobre os temas da saúde e o Sistema Único de Saúde (SUS).

O editorial do Jornal do Commercio

O *Jornal do Commercio (JC)* foi fundado em 1919 em Recife, Pernambuco, pelo empresário e político paraibano F. Pessoa de Queiroz, tendo sido vendido em 1987 ao grupo JCPM, iniciais do seu proprietário, o empresário João Carlos Paes Mendonça. De acordo com o site do grupo, o JCPM atua nos setores de comunicação, shopping centers (espalhados pelos estados de Pernambuco, da Bahia, de Sergipe e de São Paulo) e imobiliário.

O conglomerado, chamado Sistema Jornal do Commercio de Comunicação, é formado, além do jornal, por 02 rádios (AM e FM) e por uma emissora de TV. Por isso, ele constitui hoje a maior rede de comunicação do Estado. De acordo com dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC), o JC é o jornal que possui a maior carteira de assinantes de Pernambuco.

O editorial do JC integra a editoria intitulada “Opinião” que reúne ainda os artigos de opinião, a charge e as cartas dos leitores.

A localização e apresentação gráfica do editorial constituem também aspectos de análise. No modelo teórico utilizado, as representações por meio da imagem são consideradas significativos dispositivos de enunciação.

No período analisado³, o editorial do jornal ocupava toda a cabeça da página do lado ímpar. Abaixo ficavam as cartas dos leitores e a charge. Já os três artigos de opinião ficavam na página ao lado, a página par.

A editoria apresentava ainda duas particularidades gráficas: o nome da editoria, “Opinião”, ficava localizado do lado esquerdo da página e, na mesma linha, à direita, conduzida por uma imagem de uma seta duplicada – indicando dinâmica de movimento –, apareciam os nomes dos diretores de redação, do diretor adjunto, da editora executiva, além dos telefones do “Fale Conosco”.

A outra particularidade visual, que não mais existe no atual projeto gráfico, era a existência do “olho” (mesmo que antetítulo, pequeno texto de chamada para a matéria principal). Tal

³ Em abril de 2011, o JC implantou um novo projeto gráfico reformulando a editoria “Opinião”, em que as cartas dos leitores passaram a ter mais destaque dividindo página ímpar com uma coluna chamada “Repórter JC”. O editorial permaneceu no início na página par juntamente com os três artigos de opinião e a charge.

recurso jornalístico se constitui um elemento de análise importante porque revela a escolha de uma frase que sintetiza – e destaca – o conteúdo do editorial.

Distribuídos por cinco colunas, os textos apresentam em geral, cinco parágrafos numa estrutura textual como a definida por Beltrão (1980): título, introdução, discussão e conclusão.

No período analisado, os meses de agosto a dezembro de 2010, o *Jornal do Commercio* apresentou um total de sete editoriais sobre temas da saúde: “Vidas transplantadas”; “O fim da desnutrição”; “O perigo da superbactéria”; “Controle dos antibióticos”; “O mosquito está ganhando”; “A invasão e o perigo das motos” e “Reconstrução penosa”.

Os editoriais sobre temas da saúde

O primeiro editorial analisado, com o título “Vidas transplantadas”, foi publicado em 11 de agosto de 2010, e teve como origem o balanço divulgado pelo Ministério da Saúde sobre os procedimentos de transplantes de órgãos realizados no primeiro semestre do ano no Brasil. A discussão é centrada na política nacional de transplante de órgãos. De acordo com o texto, “a falta de conscientização das pessoas sobre a doação de órgãos, tema que era quase tabu até pouco tempo atrás” e um sistema “burocrático” e sem estrutura impediam que o Brasil alcançasse “as nações desenvolvidas”. O último período do quinto parágrafo reunia os dois argumentos: “O problema é que, mesmo quando surge o potencial doador, a efetivação de transplantes esbarra na falta de infraestrutura e na burocracia, como mostrado pelo JC em matéria do dia 12 de junho”.

Nesse período é possível também perceber o discurso autorreferencial, ou seja, o texto deste editorial referencia não só essa, mas outra reportagem realizada pelo próprio jornal (“A importância da doação é do tamanho da sua dor”, declarou ao JC Almir Santos, pai de uma jovem vitimada em acidente de trânsito, para reportagem especial publicada em 3 de julho”). A autorreferência é mais uma das estratégias do discurso da mídia jornalística de assegurar o reconhecimento por parte da sociedade, de sua importância enquanto mediadora da informação e dos acontecimentos. Interessante ainda é observar, no parágrafo que conclui o texto do editorial, como é trabalhada a ideia da modernidade de medicina em oposição ao sistema de transplante público brasileiro.

O avanço das técnicas cirúrgicas não cessa de trazer esperança para quem necessita de transplante. Até cirurgia completa de rosto – incluindo boca e pálpebras – foi feita, em junho, por médicos franceses, em um homem que sofria de doença genética degenerativa. No entanto, para que a vida transplantada represente esperança concreta para os brasileiros, faz-se urgente a implantação de uma política pública que prime pela democratização do acesso aos órgãos doados em todo o território nacional. (VIDAS, 2010 – grifos nossos)

O segundo editorial sobre um tema de saúde publicado no período analisado foi sobre a desnutrição infantil no Nordeste. O texto teve origem em um estudo realizado pela Universidade de São Paulo sobre a questão. “O fim da desnutrição”, publicado em 14 de setembro de 2010, revela a principal conclusão do estudo, de que a desnutrição infantil poderá ser totalmente erradicada no Nordeste num prazo de 10 anos. No texto do editorial, a desnutrição é um impedimento para o progresso do Brasil e responsável também pela imagem de pobreza associada à região nordestina:

Nosso País precisa se redimir definitivamente nessa matéria, para somente assim disputar um lugar entre as mais avançadas nações do mundo. E o Nordeste tem um papel muito especial nessa tarefa, porque ainda não conseguimos superar inteiramente a imagem que predominou por muito tempo, dando-nos como um dos maiores bolsões de pobreza do Ocidente. Hoje estamos numa arrancada de crescimento contaminado por indicadores sociais inaceitáveis, que precisam ser erradicados com urgência e, com eles, chegarmos finalmente ao fim da desnutrição como uma anomalia social. (O FIM, 2010 – grifos nossos)

Reparem ainda a linguagem metafórica do último parágrafo em que a desnutrição é chamada de “anomalia social”, como que um tumor que precisa ser “erradicado” de um cenário “contaminado” por indicadores sociais inaceitáveis.

Neste texto ainda é interessante observar o “olho”, que destaca: “Pernambuco tem uma participação expressiva na indesejável história da desnutrição”. Sabe-se que escolha do destaque do editorial não é tarefa do editorialista, mas do editor da secção. E esse, ao escolher para subtítulo uma frase incompleta, o início de um período que é, na verdade, a introdução de uma das vozes convocada para o texto, a do médico e cientista social pernambucano Josué de Castro, o editor acaba atribuindo outro sentido à intenção do editorialista. A forma que é apresentado pode conduzir o leitor para a ideia de que a contribuição de Pernambuco para a questão da desnutrição é com o número de desnutridos, por exemplo, e não os estudos e os trabalhos do cientista Josué de Castro:

Pernambuco tem uma participação expressiva nessa história indesejável, principalmente através de um personagem muito especial, Josué de Castro, autor de **Geografia da fome** – entre outras obras fundamentais – e criador da Associação Mundial de Luta Contra a Fome (Ascofam), com sede na Suíça, ao lado de figuras de destaque no Brasil e no exterior” (O FIM, 2010 – grifos nossos).

Antibiótico e superbactéria foram os temas de dois editoriais do JC no período analisado: “O perigo da superbactéria”, publicado em 3 de novembro e, logo em seguida, “Controle dos antibióticos”, em 7 de novembro. Na verdade, a questão principal colocada em discussão nos dois editoriais é a atuação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) relacionada a comercialização de antibiótico tendo como questão de fundo o controle da bactéria **Klebsiellapneumoniaecarbapenemase** (KPC).

O primeiro dos dois textos discute a medida, adotada pelo órgão, para comercialização do antibiótico e, sobretudo, critica o argumento apresentado pela ANVISA para tornar obrigatória a retenção da receita do medicamento. O editorial não concorda com a justificativa da Vigilância Sanitária para tal medida, que é apresentada logo no primeiro parágrafo:

De acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o mau hábito da automedicação que provoca o consumo indiscriminado de antibióticos pode estar causando o surgimento de microrganismos resistentes aos medicamentos, que ficam conhecidos como superbactérias por esta característica, embora sejam bactérias comuns. (O PERIGO, 2010 – grifos nossos)

Para o editorialista, a culpa não é da automedicação, mas da má gestão de saúde no Brasil responsável pela infecção hospitalar causada pela superbactéria. No segundo parágrafo, o texto critica outra medida recente da Anvisa, que obriga as unidades de saúde utilizarem o álcool líquido ou em gel na higienização dos médicos e funcionários (“A pergunta é: se trata de um procedimento tão simples e de baixo custo para a prevenção de infecções diversas,

recomendada expressamente pela Organização Mundial de Saúde (OMS), por que ainda não era obrigatório?") para, em seguida, sair em defesa dos pacientes ("Pelo visto, não são apenas os hábitos dos pacientes que necessitam ser revistos"). O terceiro parágrafo vai buscar na ciência, por meio do depoimento de pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz, reforço para a argumentação defendida:

A retenção da receita do antibiótico nas farmácias é educativa, porém a explicação oficial sobre a origem do aumento de casos de KPC não convence alguns especialistas, ainda que ao defender a tese a Anvisa se inspire na própria OMS. Para a bacteriologista Ana Paula Assef, do Laboratório de Pesquisa em Infecções Hospitalares do Instituto Oswaldo Cruz, da Fiocruz, o consumo voraz de remédios deve, sim, ser contido, mas não pode ser apontado como causa do surto de KPC ou de outra superbactéria. A origem da resistência aos tratamentos estaria, na sua visão, ligada ao exagero na aplicação dos antibióticos dentro dos hospitais, e não do lado de fora. (*O PERIGO*, 2010 – grifos nossos)

E o posicionamento do editorial torna-se mais explícito no final do quarto parágrafo:

A origem da superbactéria nos hospitais, como sugerido pela cientista da Fiocruz, passa pela deficiência na gestão de saúde no Brasil, onde o descuido com a higiene e com as condições básicas de respeito aos pacientes abre o corpo dos internados para infecções. (*O PERIGO*, 2010 – grifos nossos).

Apenas quatro dias após a publicação deste editorial, um segundo é publicado sobre o mesmo assunto, no dia 07 de novembro, com o título "Controle de antibiótico". Nesse, a crítica à automedicação assume outro tom e, ao contrário do editorial anterior, o foco se volta para a capacidade de atuação da Vigilância Sanitária para enfrentar os "maus hábitos" dos consumidores, sobretudo, e de médicos e funcionários de farmácias. Observe-se o quarto parágrafo:

A medida da Agência é oportuna, mas para acabar com o exagero do automedicamento no Brasil será preciso investir mais na mudança dos maus hábitos que acometem consumidores, médicos e funcionários de farmácias e drogarias (...). Para mudar o mau hábito é necessário que as pessoas alterem a perspectiva sobre seus atos, na hora de pedir conselhos ao balconista da farmácia ou solicitar ao médico de plantão a prescrição do antibiótico. Campanhas informativas com esse objetivo poderiam ser veiculadas pelos órgãos oficiais, fechando o cerco da informação sobre os riscos da automedicação. (*CONTROLE*, 2010 – grifos nossos)

A questão da higiene hospitalar, tão enfocada no editorial anterior, só é resgatada no último período do último parágrafo que também explicita o alvo da principal crítica do editorial ("Portanto, assim como a superbactéria pede uma revisão urgente da higiene no ambiente hospitalar nacional, o controle no consumo dos antibióticos pela população requer imediata avaliação da capacidade de atuação da vigilância sanitária").

A dengue, sempre presente na mídia, também foi assunto de um dos editoriais do período. No editorial do JC sobre o assunto, publicado em 21 de novembro, a metáfora bélica dá o tom, desde o título "O mosquito está ganhando" (a "guerra" contra a doença) em um texto recheado de palavras como "ataque", "arma" e "recuo". Marcas do modelo de caráter coercitivo e militarizado presente nas práticas de saúde e nos discursos das campanhas sanitárias, uma das principais estratégias de intervenção no campo da saúde pública brasileira no início do século XX, como bem revela o estudo de Cardoso (2001). No segundo parágrafo,

outras duas ideias do modelo higienista/campanhista estão presentes: o vínculo entre sujeira e doença e a culpabilização do doente:

Uma vez que a ação educativa e de orientação preventiva é, por enquanto, a única arma eficaz contra o transmissor de um mal que se espalha no ambiente do desleixo, da bagunça e do abandono restam motivos de sobra para o governo continuar com esse trabalho pelo menos até que os dados apresentem o recuo da doença. (O MOSQUITO, 2010 – grifos nossos).

“Com maus hábitos persistindo e pouca informação circulando – ou circulando de maneira equivocada – o mosquito faz a festa, e o índice de contaminação explode”, continua o terceiro parágrafo.

A cobrança ao poder público já aparece desde o primeiro parágrafo, quando faz referência à ação preparada pela Secretaria de Saúde do Estado (“Pergunta-se por que a mobilização não veio antes, se desde o ano passado já se esperava pelo ataque do mosquito em grande escala no País”) e torna-se mais explícita na conclusão. Mais uma vez, o mau hábito da população é o culpado e ao Estado cabe o papel de “orientar e punir”:

A responsabilidade maior, entretanto, continua sendo do poder público, a quem cabe orientar e punir aqueles que não respeitam a saúde da própria família e a dos vizinhos, permitindo que seus imóveis se transformem em criatórios de dengue. Sem falar no déficit social que não pode ser esquecido, com milhões de pessoas sem saneamento básico, vivendo em condições mais propícias à reprodução de mosquitos do que de gente. Desse jeito, o mosquito vai ganhar sempre. (O MOSQUITO, 2010 – grifos nossos).

Outro exemplo de cobrança ao poder público é o editorial com o título “*A invasão e o perigo das motos*”, de 11 de dezembro, em que o jornal manifesta preocupação sobre o crescimento da frota de motos no Nordeste e o impacto na saúde pública. O principal argumento utilizado são os prejuízos econômicos causados ao SUS. Para isso o editorial utiliza, mais uma vez, de um estudo científico, desta vez realizada no Hospital das Clínicas de São Paulo. E mais uma vez atribui a culpa ao paciente:

Pesquisa realizada pelo Hospital das Clínicas de São Paulo com 84 pacientes do Instituto de Ortopedia define a moldura trágica da questão que estamos tratando: seis meses depois, 82% dos pacientes não tinham voltado a trabalhar, em média, os pacientes fizeram mais de duas cirurgias, a um custo de R\$ 35 mil para o SUS cada uma. A pesquisa constatou que 80% dos motoqueiros não se consideravam culpados pelo acidente e achavam que andar a 70 quilômetros por hora entre os carros é normal. Nessa velocidade, o impacto de uma pessoa com 70 quilos contra um obstáculo como um muro é de 13 toneladas. (A INVASÃO, 2010 – grifos nossos).

Interessante ainda neste texto é a expressão que inicia a conclusão – “Aqui entre nós” – marcando uma das características apontada por Melo (1994) de que editorial é uma “conversação (ora matreira, ora ostensivamente ameaçadora)” dos proprietários do jornal com “os donos do poder”: (“Aqui entre nós, as autoridades que foram capazes de enfrentar os problemas gerados por kombis irregulares bem que podiam começar a controlar e ordenar o fluxo de motos, antes que o caos absoluto se instale”) (MELO. 1998 p.183).

Cobrar das autoridades promessas feitas “pelos gestores municipais, o governo do Estado e até o presidente da República” é o foco do editorial “Reconstrução Penosa”, de 28 de dezembro. O intertítulo ressalta: “O que foi prometido debaixo de emoção e holofotes ainda

não foi cumprido". O assunto é a situação das 42 cidades da Mata Sul do Estado atingidas pelas chuvas.

Neste editorial, outro exemplo de autorreferenciação ("A série de reportagens que publicamos na semana passada mostrou o panorama de precariedade e imprevisto dominante em algumas das cidades mais afetadas"), sendo possível também perceber a atenção atribuída à saúde ("Em caso de calamidade, a saúde é a mais atingida, e requer atenção dobrada das autoridades"). E, novamente, a ineficiência do governo é ressaltada ("A inquietação das pessoas com a incapacidade administrativa do poder público é notória").

Considerações finais

Inicialmente, observamos nesse relato, a partir de análises de textos dos editoriais sobre saúde, a importância de realização de estudos analíticos sobre o gênero para a compreensão dos sentidos produzidos na mídia impressa sobre a saúde e o SUS. Os estudos que relacionam o gênero com o tema saúde são quase inexistentes.

O gênero editorial é o texto de maior responsabilidade discursiva da empresa jornalística dentre os diversos da esfera midiática. Nosso estudo, apoiado na teoria da produção social dos sentidos, mais especificamente num modelo de comunicação baseado na semiologia dos discursos sociais, aponta a existência de um lugar de disputa de poder, o mercado simbólico.

Nessa disputa, várias vozes, vários enunciadores, são convocados, como, por exemplo, a voz do conhecimento científico – por meio de médico e cientista social, no editorial "O fim da desnutrição"; de bacteriologista e pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz, no editorial "O perigo da superbactéria"; de médico e consultor do Ministério da Saúde, no editorial "O mosquito está ganhando"; de dados de pesquisa, como a de Hospital das Clínicas de São Paulo no texto "A invasão e o perigo das motos".

Nos textos analisados, observamos como os temas de saúde são apresentados no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). Ou seja, da política pública de transplante de órgãos (editorial "Vidas Transplantadas"); da desnutrição, em uma abordagem na perspectiva de políticas públicas vinculada ao desenvolvimento econômico (editorial "O fim da desnutrição") ; ou do controle da venda de antibióticos, determinado pela Vigilância Sanitária (editoriais "O perigo da superbactéria" e Controle de antibiótico"). E ainda da mobilização da Secretaria de Saúde de Pernambuco para o enfrentamento da dengue no Estado ("O mosquito está ganhando"); da violência no trânsito e os custos ao Sistema Único de Saúde ("A invasão e o perigo das motos") e situações de calamidade pública e a saúde (Editorial "Reconstrução penosa").

Todos, em síntese, constroem a imagem de um poder público incapaz, ineficiente; em suma, um mau gestor. Embora contraditoriamente em alguns desses mesmos textos, o Estado é apresentado como responsável e autor de políticas públicas objetivas. Ao poder público caberia, ainda, o papel de mudar os "maus hábitos" da população, e de "orientar e punir".

Atribuir a culpa da doença à população, ao paciente, ao usuário do sistema público de saúde também é uma constante nos discursos analisados. É a população que ainda não tem consciência da importância de doar o órgão para transplante; que se automedica e faz uso abusivo de medicamentos; é aquele que transforma sua residência em criatório de dengue; ou

o motoqueiro que acha normal andar a 70 quilômetros por hora entre os carros e, acidentado, causar prejuízos para o Sistema Único de Saúde (SUS).

Observamos ainda em muitos dos discursos analisados a utilização de metáforas bélicas para abordar os temas, um recurso muito próprio da área da saúde e da mídia. A saúde se transforma num campo de guerra, em que o inimigo, ou seja, a doença, a anomalia, deve ser combatido com armas, ou seja, medicamentos, comunicação e educação, entre outras.

Portanto, nessa interdiscursividade, nesse espaço de trocas entre os vários discursos escolhidos convenientemente pelo sujeito da enunciação, é interessante observar como são construídos os sentidos sobre os temas da saúde, a fim de desenvolver um olhar mais críticos para os meios de comunicação no que diz respeito a temas de saúde pública.

Referências Bibliográficas

ARÚJO, I. S. de. *A reconversão do olhar*. São Leopoldo: Unisinos, 2000.

_____. Mercado simbólico: um modelo de comunicação para políticas públicas [Versão eletrônica], *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*. Botucatu, v. 8, n.14, p.165-178. Disponível em: <<http://www.interface.org.br>> Acesso em 10 junho de 2012.

_____. Contextos, mediações e produção de sentidos: uma abordagem conceitual e metodológica em comunicação e saúde. *Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em saúde*. Rio de Janeiro, v 3, n.3, p. 42-50. Disponível em <<http://www.reciis.cict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/280/324>> Acesso em 18 junho de 2012.

BELTRÃO, L. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Editora Sulina, 1980

CARDOSO, J. (2001). *Comunicação, saúde e discurso preventivo: reflexões a partir de uma leitura das campanhas nacionais de AIDS veiculadas pela TV (1987-1999)*. 2001. Dissertação mestrado. Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

Controle dos antibióticos. *Jornal do Commercio*, Recife, 7 nov.2010. Opinião, p. 30

O fim da desnutrição. *Jornal do Commercio*, Recife, 14 set.2010. Opinião, p. 10

A invasão e o perigo das motos. *Jornal do Commercio*, Recife, 11 dez.2010. Opinião, p. 22

MELO, J. M. de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. (2. ed.). Petrópolis: Vozes, 1994.

O mosquito está ganhando. *Jornal do Commercio*, Recife, 21 nov.2010. Opinião, p. 22

O perigo da superbactéria. *Jornal do Commercio*, Recife, 3 nov.2010. Opinião, p. 08

PINTO, M. J. *Comunicação e Discurso: Introdução à Análise de Discurso*. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

Reconstrução penosa. *Jornal do Commercio*. Recife.28 dez.2010. Opinião, p. 14

SILVA, C. L. (2009). A carta ao leitor de Veja: um estudo histórico sobre editoriais [Versão eletrônica], *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. 32, n.1, 89-107. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/revista/>> Acesso em 18 junho de 2012.

Vidas transplantadas. *Jornal do Commercio*, Recife, 11 ago.2010. Opinião, p. 10.

Recebido em: 04/11/2012

Aceito em: 28/11/2012